



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA - INC/DITEC/PF

PROJETO BÁSICO

**PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR DA POLÍCIA FEDERAL EM EVENTO DE
CAPACITAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO**

Fifteenth Annual IFIP WG 11.9 International Conference on Digital Forensics

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de 01 (uma) vaga, visando à inscrição de Perito Criminal Federal, lotado no Serviço de Perícias em Informática da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF), no evento de capacitação promovido pela International Federation for Information Processing (IFIP - <http://www.ifip.org/>), qual seja, a Fifteenth Annual IFIP WG 11.9 International Conference on Digital Forensics, conforme condições, quantidades, valores e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O indicado atua diariamente com prospecção de tecnologias e exames periciais na área de informática no Serviço de Perícias em Informática do Instituto Nacional de Criminalística. A temática da conferência é voltada para a área de perícia digital, com foco em técnicas de exames periciais. Desta forma, a participação no evento oferece a oportunidade de atualização na área de perícia de informática, possibilitando o conhecimento de novas ferramentas e técnicas de análise, além de permitir a troca de experiências com órgãos de segurança de outros países.

3. DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO

3. As características específicas do evento são as discriminadas abaixo:

1. O evento terá início em 28/01/2019 e se finalizará em 29/01/2019.
2. O local de realização dos eventos é o Holiday Inn Orlando East - UCF Area, situado na cidade de Orlando, Florida, Estados Unidos (<http://www.ifip119.org/Conferences/2019conferenceinformation.php>).
3. Título: Fifteenth Annual IFIP WG 11.9 International Conference on Digital Forensics.
4. Modalidade: Conferência
5. Valor da Inscrição: USD 480,00 (https://secure.touchnet.net/C21715_ustores/web/classic/store_main.jsp?STOREID=32&SINGLESTORE=true), equivalente a R\$ 1.824,00 com uma cotação do dólar a R\$ 3,80.

4. DA ENTIDADE PROMOTORA

Não se aplica por ser instituição estrangeira

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

5.2. A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

5.3. Além disso, com relação ao caso concreto, consta no Acórdão 2616/2015 - Plenário do TCU trata do assunto no informativo de jurisprudência do TCU (<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A250D20C480150D3AB46C919B0&inline=1>):

A licitação “... é impossível justamente porque há dificuldade de comparação objetiva entre as propostas, que estão atreladas aos profissionais que executarão os trabalhos. Portanto, nesse tipo de objeto, resta caracterizada a discricionariedade na escolha do contratado (...) Essa é a melhor interpretação da Súmula 264 do TCU, de que a contratação de serviços por notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação”

5.4. O congresso em tela é um dos principais sobre o assunto no mundo, tendo sido realizado anualmente desde 2005 (<http://www.ifip119.org/Publications>) pela International Federation for Information Processing, reconhecida pelas Nações Unidas e que representa entidades de Tecnologia da Informação em mais de 40 países nos cinco continentes, totalizando mais de meio milhão de associados, estando portanto satisfeitos os critérios de notoriedade e especialização.

5.5. Resta verificar o caráter singular do evento. Poderia se aventar a existências de outras associações da mesma categoria profissional que também realizassem congressos sobre o tema, todavia cada congresso da área apresenta uma composição de palestrantes e assuntos diversa dos demais, não sendo viável o cotejo direto, tendo em vista que cada evento tende a focar em diferentes especializações dentro da Informática Forense.

5.6. Em primeiro lugar, não nos parece concebível licitar participação em congressos. Trata-se de eventos que divergem das capacitações convencionais principalmente por terem como pressuposto uma ampla participação da comunidade de interessados, resultado que não se pode obter em contratações de eventos privados.

5.7. Em paralelo à inviabilidade de realização em separado, existe a inviabilidade de comparação objetiva entre congressos. Conforme entendimento mais recente do Tribunal de Contas da União, expresso no Informativo de Jurisprudência nº 264, extraído do Acórdão nº 2616/2015-Plenário, a hipótese de inviabilidade de competição tratada no art. 25, inciso II, não decorreria do ineditismo ou raridade do serviço, mas "da própria notória especialização de seu executor", resultando na "impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento".

5.8. Assim, um congresso relevante muitas vezes é aquele que sempre traz palestrantes de peso, atrai um público de alto nível, propiciando questionamentos relevantes aos temas trazidos, e traz ao debate temas inovadores, para os quais ainda não existe bibliografia ou capacitações bem estabelecidos.

5.9. Tais qualidades se constata do histórico de edições anteriores do evento, mas não são passíveis de aferição prévia em tempo de licitação, tampouco viáveis de conversão em quesitos objetivos de fácil comparação.

5.10. Diante do cenário, entendemos adequado o enquadramento da aquisição na hipótese de inviabilidade de licitação prevista no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. O valor da inscrição individual para o evento é USD 480,00. O valor é compatível com outros eventos que, apesar de não serem passíveis de comparação direta, possuem temas relacionados e são comparáveis em termo de porte, infraestrutura necessária e excelência técnica.

6.2. O valor das inscrições é anunciado pela internet publicamente e não existe necessidade de identificação do usuário para visualizá-lo, de forma que esse preço é ofertado igualmente para interessados no mundo inteiro, não havendo acréscimo ou decréscimo do valor nominal por se tratar da Polícia Federal.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento referente à execução do objeto deste Projeto Básico pode ser efetuado por meio de cartão de crédito através do portal do evento (https://secure.touchnet.net/C21715_ustores/web/classic/store_main.jsp?STOREID=32&SINGLESTORE=true).

7.2. Vale ressaltar que, em razão de se tratar de evento internacional, os valores da contratação devem ser pagos antecipadamente. Não existe a previsão no portal do evento nem se conhece precedente em eventos anteriores para pagamento a posteriori.

8. CANCELAMENTO DO EVENTO

8.1. No caso de cancelamento do evento, o valor deve ser integralmente ressarcido à Polícia Federal (DITEC/PF) pela instituição promotora do curso de capacitação.

Brasília, 10 de dezembro de 2018

Elcio Ricardo de Carvalho
Perito Criminal Federal

APROVO o presente Projeto Básico, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Unidade e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.

AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JÚNIOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ELCIO RICARDO DE CARVALHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 10/12/2018, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Diretor(a)**, em 11/12/2018, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9233255** e o código CRC **D08E22F9**.